

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

Aos 25 dias do mês de junho de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
Calendário dos próximos trabalhos;
Expediente.
2. Admissão e distribuição de petição nº 267/XII/2ª - "*Contra a escravatura do Século XXI e a favor da libertação de todas as crianças escravas do Lago Volta, no Gana*".
3. Discussão da Apreciação parlamentar nº 50/XII - do Decreto-Lei nº 47/2013, de 5 de abril, que estabelece o regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.
4. Aprovação da Ata nº 97 relativa à reunião de 11 de junho.
5. Outros assuntos.

1. Informações;

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião começando por informar sobre o calendário dos próximos trabalhos da Comissão:

- Audição do Embaixador de Portugal em Tunes - próxima quinta-feira, dia 27 de junho, às 14:00;
- Deslocação à CPLP no próximo dia 2 de julho, às 16:00 (saída às 15:30);
- Audição do MNE, dia 9 de julho às 17:00;
- Audição Presidente Instituto Camões, dia 23 de julho – aguarda-se confirmação;
- Delegação da AR de Moçambique – chega a 20 de julho, sexta-feira e



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

permanece em Portugal na semana imediata.

Informou ainda que o Secretário-Geral Adjunto, Dr. José Manuel Araújo, enviou, no seguimento da apresentação que fez à Comissão, um dossier sobre cooperação parlamentar, contendo os Protocolos e programas em vigor bem como as Conclusões da última reunião de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, que irá ser distribuído aos membros da Comissão.

A Comissão de Assuntos Europeus enviou para conhecimento e eventual escrutínio quatro iniciativas europeias que foram enviadas aos Coordenadores, tendo a Sr.ª Deputada Mónica Ferro manifestado interesse em escrutinar a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - *Maximizar o impacto das migrações no desenvolvimento: Contributo da UE para o diálogo de alto nível no âmbito das Nações Unidas e próximos passos para aprofundar a ligação entre as migrações e o desenvolvimento* [COM(2013)292]. Caso não haja oposição, a Sr.ª Deputada Mónica Ferro ficará Relatora desta iniciativa.

2. Admissão e distribuição de petição: Nº 267/XII/2ª - "Contra a escravatura do Século XXI e a favor da libertação de todas as crianças escravas do Lago Volta, no Gana".

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que analisou a nota de admissibilidade e, não obstante a sensibilidade do assunto, concorda com a sugestão que é feita, até porque para além da dificuldade de ouvir as entidades envolvidas, poderá consubstanciar uma ingerência noutro país.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que compreendia as questões suscitadas mas questionou se não seria de ponderar a apresentação de um voto conjunto de todas as bancadas parlamentares sobre a questão.

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) começou por referir que embora esta temática cause grande preocupação e Portugal tenha tido um papel pioneiro nesta matéria, a petição suscita muitas questões, quer formais, quer substantivas. O texto da petição não está endereçado à Presidente da Assembleia da República, nem especificamente



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

dirigido à Assembleia da República pelo que considera adequada a sugestão que é feita.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que a nota de admissibilidade coloca todas as questões que lhe parecem relevantes para não se proceder à sua apreciação no quadro desta Comissão, pelo que sugere que seja enviada ao Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) disse que esta era uma questão preocupante, mas as instituições têm regras pelo que concorda com a proposta feita. Os proponentes querem alertar a consciências para esta situação. Embora extravase as competências da Comissão, não deixará o assunto subjacente de ser tratado e analisado.

3. Discussão da Apreciação parlamentar nº 50/XII - do Decreto-Lei nº 47/2013, de 5 de abril, que estabelece o regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) relembrou que este decreto-lei foi aprovado na sequência de uma autorização legislativa que foi debatida nesta Comissão. O grupo parlamentar do PCP pediu o agendamento para discussão na Comissão. O grupo parlamentar do PS pediu também a apreciação deste diploma, mas considera que o disposto no artigo 190º do Regimento da Assembleia da República deve ser cumprido. Esta Comissão não deve permitir que esta apreciação não seja analisada podendo inclusivamente caducar.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) disse que o pedido do PCP resulta da interpretação das normas do regimento. Considera que não faz sentido que a discussão se faça em separado, mas não querem perder a oportunidade de debater este pedido de apreciação.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Ferro Rodrigues (PS) interveio para referir que os agendamentos são feitos pela PAR na sequência de propostas feitas pelos grupos parlamentares, pelo que, diligenciando-se o respetivo agendamento, proceder-se-á ao debate em plenário das duas apreciações.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) corroborou o que foi dito, referindo que as iniciativas são agendadas pela Presidente a solicitação dos grupos parlamentares, mas que até ao final da sessão legislativa a agenda está cheia, pelo que dever-se-á considerar o debate em Comissão.

A S.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que uma das principais funções parlamentares é fiscalizar o Governo. As reuniões plenárias estão carregadas de resoluções, sendo mais importante e devendo privilegiar-se o exercício das funções primordiais e nobres da função parlamentar.

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) disse que a Comissão estava disponível para proceder ao debate das apreciações parlamentares em conjunto com outras comissões que têm de estar envolvidas igualmente, mas se a apreciação apresentada pelo PS for agendada para Plenário, a do PCP será agendada por arrastamento.

O Sr. Deputado Paulo Piso (PS) disse que estavam à espera que a apreciação que apresentaram fosse agendada para Plenário. Foram surpreendidos pelo pedido do PCP mas têm o direito de invocar o respeito pelas disposições regimentais, embora haja o risco de caducidade do processo.

O Sr. Presidente disse que escreveria carta à Presidente da Assembleia da República informando que o PS suscitou em Comissão a aplicação do disposto no artigo 190º do Regimento. O PCP pediu o agendamento para a Comissão pelo que a Presidente tem de esclarecer se vai agendar para Plenário arrastando a iniciativa do PCP. Caso tal não aconteça, agendar-se-á para a Comissão e proceder-se-á à discussão das duas apreciações.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que considerava preferível que houvesse caducidade do processo por falta de agendamento.

O Sr. Presidente encerrou este ponto informando que se procederá ao agendamento do pedido de apreciação apresentado pelo PCP caso não seja agendada para Plenário.

A Sr.ª Deputada Maria José Moreno (PSD) pediu a palavra para explicitar que relativamente à Proposta de Resolução n.º 56/XII/2, cujo parecer foi aprovado na semana passada, teve oportunidade de confirmar que a designação correta é República da Moldova.

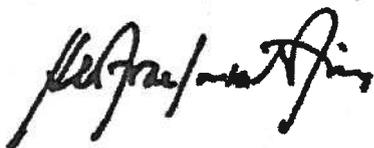
4. Aprovação da Ata nº 97 relativa à reunião de 11 de junho.

A ata foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 julho 2013.

O Presidente da Comissão



(Alberto Martins)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Basílio Horta
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
José Lino Ramos
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mónica Ferro
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ferro Rodrigues
João Ramos
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria João Ávila
Mário Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Rodrigues
Bernardino Soares
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Laurentino Dias